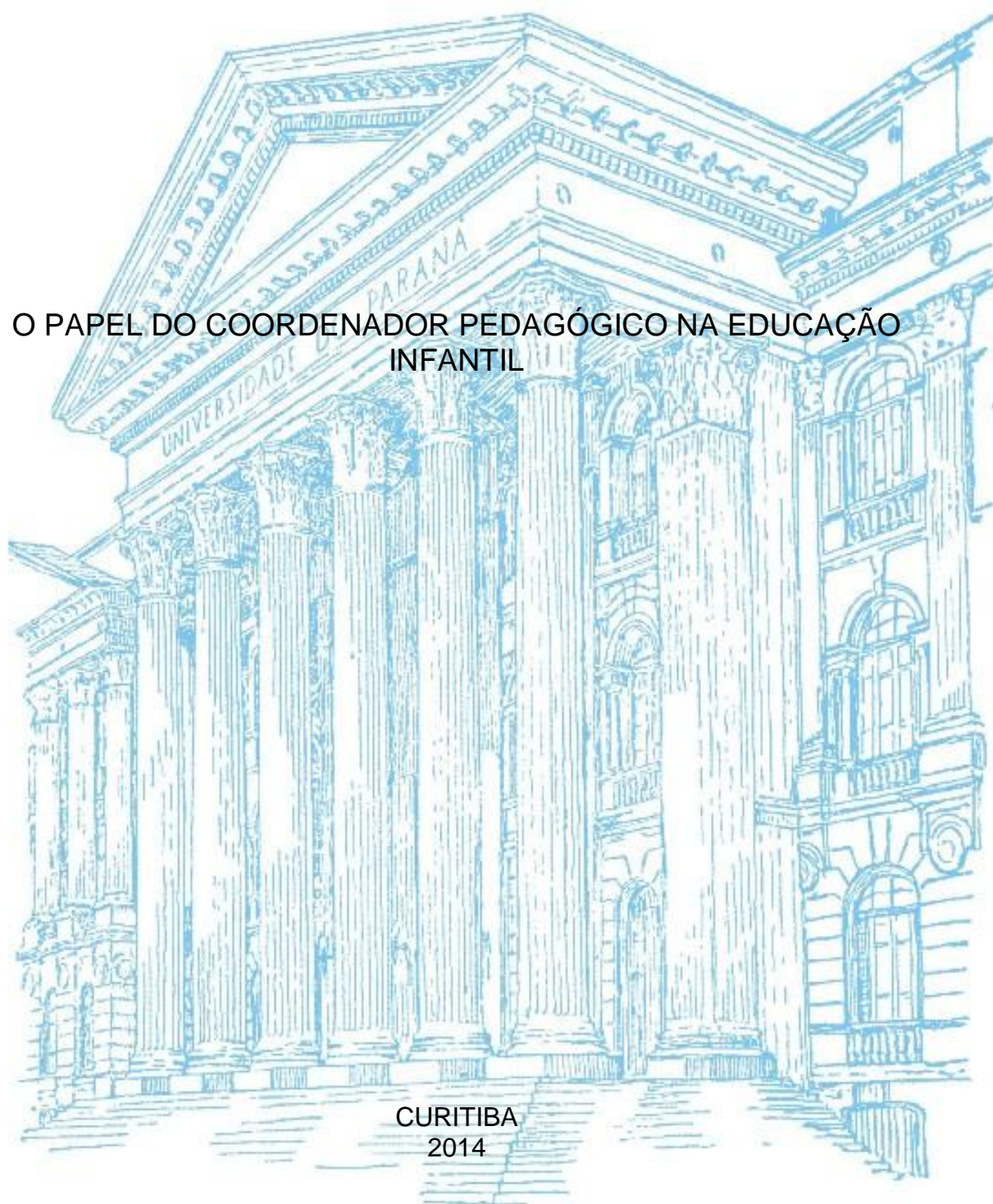


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

DANIELY DO ROSÁRIO

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

DANIELY DO ROSÁRIO



O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): MÁRCIA BARBOSA SOCZEK

CURITIBA
2014

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DANIELY DO ROSÁRIO

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar a importância do coordenador pedagógico na educação infantil. Levantar questões sobre o papel destes profissionais diante da nova perspectiva da educação infantil. Assim, todos os envolvidos neste processo começarão a reconhecer seu papel e os alunos receberão uma educação baseada nos princípios da lei. Diante desse, a realização desta pesquisa é justificável para que possamos entender o papel do coordenador pedagógico na educação infantil, e como coordenadora buscar subsídios práticos e teóricos que auxiliarão nossa caminhada pedagógica. Este trabalho baseou-se num estudo bibliográfico e na entrevista aplicada aos coordenadores procurando responder a seguinte questão: Quais os desafios encontrados pelos coordenadores pedagógicos que atuam na Educação Infantil? A pesquisa foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Evidencia-se também o avanço que houve com relação à assistência e procedimentos tomados pela secretaria Municipal de Educação de Paranaguá em CMEI vinculada a esta rede de ensino.

Palavras chave: Coordenação Pedagógica; Educação Infantil; Trabalho e identidade Profissional.

1. Introdução

Diante das complexidades que envolvem o ato de ensinar, voltamos o olhar para uma das etapas ditas mais importantes deste processo de desenvolvimento.

Até pouco tempo a educação infantil era vista apenas como um simples brincar, visto como de menos importância dentro dos CMEIS.

Nos dias de hoje, sabemos que quanto mais cedo a criança for estimulada e preparada, mais este processo contribuirá significativamente para seu aprendizado, pois é na educação infantil que se desenvolvem as capacidades motoras, a socialização, afetividade e autonomia.

Diante desta temática Grispino coloca:

Entender a função de brincar no processo educativo é conduzir a criança, ludicamente, para suas descobertas cognitivas, afetivas, de relação interpessoal, de inserção social. A brincadeira leva a criança ao conhecimento da língua oral, escrita, e da matemática. (Grispino 2006 p.32)

O trabalho do coordenador pedagógica se faz relevante nesta etapa tão importante do desenvolvimento infantil, responsável pela articulação coletiva do projeto político-pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem, numa perspectiva democrática. Dessa maneira, considera-se que o Coordenador Pedagógico das instituições de Educação Infantil (CMEIS) têm um papel fundamental na constituição de um atendimento de qualidade, que contribua para assegurar às crianças pequenas o recém conquistado direito à educação em creches, pré-escolas, centros de educação infantil.

Neste sentido, é necessário pensar a real função do Coordenador Pedagógico na Educação Infantil. Para tanto, questiona-se: Quais as especificidades do trabalho pedagógico na Educação Infantil? Que formação os Coordenadores estão recebendo, de modo a efetivar uma educação de qualidade? Que apoio os educadores recebe dos coordenadores pedagógicos?

A partir destas questões, este trabalho de pesquisa tem como objetivo principal conhecer a importância do coordenador pedagógico na Educação Infantil, bem como, analisar as possibilidades e dificuldades encontradas nesse trabalho, pontuando a relação dessas práticas ao processo de formação. Busca-se levantar questões sobre a qualificação e preparação dos

coordenadores e quais os apoios ofertados para que este profissional possa desempenhar seu papel da melhor maneira.

Nesse contexto, a realização desta pesquisa é justificável por possibilitar a compreensão das dificuldades encontradas pelos coordenadores atuantes na Educação Infantil, e, buscar subsídios teóricos e práticos que auxiliem a caminhada pedagógica voltada para a base que se inicia na Educação Infantil.

Buscando compreender a realidade do processo de formação dos coordenadores que atuam na Educação Infantil delineando-se pelos seguintes objetivos:

- Analisar o trabalho dos coordenadores que atuam na educação infantil;
- Conhecer o processo de qualificação destes coordenadores;
- Conhecer possíveis formas de intervenções usadas dentro da escola.
- Conscientizar os coordenadores quanto à necessidade da preparação e qualificação para atender os alunos de CMEIs.

Neste sentido, adotou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia de pesquisa somada à coleta de dados com uso de entrevista conforme modelo em anexo.

Para alcançar tais objetivos e conseguir as informações e dados necessários, foi realizada uma coleta de dados, onde foram entrevistadas três coordenadoras da rede municipal de ensino, da cidade de Paranaguá.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: O texto introdutório o qual é apresentado o trabalho e os dados coletados, 2. Contexto histórico da Educação Infantil, 2.1. Cuidar e Educar: A Importância da Educação Infantil para o Desenvolvimento, 2.2. A Importância do Coordenador Pedagógico na Educação Infantil, no capítulo 3. Análise e Discussão dos Dados, onde são articuladas as falas do sujeito com os fundamentos teóricos e as Considerações Finais.

2. Contexto Histórico da Educação Infantil.

O fato de que a brincadeira na educação está sendo vista com um novo olhar, faz-nos perceber que o compromisso da escola está cada vez mais amplo e que este compromisso com o desenvolvimento se inicia cada vez mais cedo.

Antigamente não víamos o compromisso pedagógico com as crianças pequenas, o que tínhamos era a uma política assistencialista. Como salienta Hermida (2007),

(...) a política assistencialista presente historicamente na dinâmica do atendimento à infância brasileira fez com que a formação e a especialização do profissional na área se tornassem desnecessárias, pois, para tanto, segundo a lógica dessa concepção, bastariam a boa vontade, gostar do que se faz e ter muito amor pelas crianças. (p.141)

A partir de 1980 ampliaram-se o debate e as mobilizações populares em torno da democracia e da garantia de direitos dos cidadãos brasileiros, dentre eles está a educação das crianças pequenas. Nesse contexto, a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 incorporam concepções baseadas na ideia de cidadania e direitos, contemplando a indicação da Educação Infantil como um desses direitos.

Nesse sentido, aparece o reconhecimento da necessidade de se promover a Educação Infantil tratando a criança como parte da sociedade e a infância como etapa importante no processo de formação humana. Entretanto, a legislação e os projetos e práticas educativas que deles advêm expressam várias ambiguidades e conflitos.

A Lei nº4.024 de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) discretamente refere-se à Educação Infantil, considerando-a dentro do Grau Primário dividido entre Educação Pré-Escolar e Ensino Primário. Dez anos depois, a Lei n. 5.692/71 reafirmou a tendência presente na LDB de 1961 de considerar a Educação Infantil como prerrogativa das mães trabalhadoras, limitando-se a definir vagamente que os sistemas de ensino para que as crianças menores de sete anos recebessem conveniente educação, estimulando as empresas na criação de jardins de infância ou instituições equivalentes.

Durante os governos militares, a política de atendimento à infância continuou a reforçar a creche como equipamento assistencial para as crianças e famílias carentes.

Houve discussões na área que destacaram questões como o caráter pedagógico e as especificidades do trabalho, os objetivos e as funções sociais das instituições, a formação e a atuação dos profissionais, a necessidade de assegurar financiamento específico e padrões de qualidade para o atendimento. A Educação Infantil passou a ser legalmente considerado um Dever do Estado como primeira etapa da Educação Básica, expressando uma visão de criança cidadã, ser de direitos, dentre os quais, a educação em creches e pré-escolas.

O reconhecimento da importância do cuidado e da educação das crianças pequenas resulta da confluência de inúmeros fatores, como podemos ver a partir da análise de Kramer;

[...] as pesquisas sobre educação infantil têm caminhado em paralelo com os avanços das políticas públicas em relação à democratização do acesso (expresso de modo concreto no aumento do número de matrículas) e à melhoria da qualidade empreendida pelos sistemas municipais e estaduais de ensino (alguns mais do que outros), mobilizados graças ao impacto dos movimentos sociais e das mudanças legais e institucionais, engendradas também pelo governo federal. A elaboração de diretrizes e a definição de critérios de qualidade, a recente aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a ampliação do ensino fundamental para nove anos abrem perspectivas de mudanças. (KRAMER, 2009, p. 12-13).

A partir desta citação podemos observar as transformações no modo de produção e relações sociais; as alterações na configuração de distintas instituições da sociedade como a família e do papel da mulher; a produção científica que possibilitou novos olhares para criança, em vários campos do conhecimento.

O direito de educação em creches e pré-escolas inicialmente foi atribuído às crianças de zero a seis anos de idade e incorporado nas demais peças legais, nas pesquisas, nas políticas locais, nas propostas institucionais. A Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006, Disposições Constitucionais Transitórias, introduz uma mudança significativa, alterando a

faixa etária a ser atendida nas instituições de Educação Infantil que passa a ser crianças de zero a cinco anos. Essa alteração visa dar sustentação legal à ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração, abrangendo as crianças a partir de seis anos de idade. Tal ampliação se tornou obrigatória em território nacional, a partir do ano de 2006, para todos os sistemas de ensino.

Algumas conquistas no estatuto social da Educação Infantil merecem ser enfatizadas nesse contexto. Uma delas refere-se à definição, na LDB.9394/96, de que tem por finalidade promover o desenvolvimento integral da criança:

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e cultura

(BRASIL,1996)

A partir dessa concepção delinea-se uma possibilidade para buscar a superação da visão de educação infantil como mero período preparatório para o ensino fundamental.

Quanto a essa meta, o PNE (2001) apresenta uma progressão de forma a assegurar que todos os dirigentes e professores obtenham o curso superior específico em dez anos e, no prazo de cinco anos, todos deverão estar habilitados em nível médio, na modalidade normal. Determina que seja ampliada a oferta de cursos de nível superior, com conteúdos específicos para a Educação Infantil, bem como a execução de programas de formação em serviço, para a atualização permanente dos profissionais e para a formação do pessoal auxiliar. A articulação dos sistemas de ensino com as instituições de ensino superior é recomendada, tanto nas ações de formação quanto no acompanhamento e na avaliação da educação infantil.

Diante das complexas mudanças que houve para efetivação da Educação infantil, observamos a partir de leis em vigor a obrigatoriedade de matrícula para crianças de 4 anos e o compromisso documentada na LDB.9394/96 de :

"A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade", diz a lei. O currículo deverá ter uma base nacional comum que respeita as diversidades de cada região, o que já era válido para o ensino fundamental e o ensino médio. Um ponto fundamenta para que este atendimento seja de fato qualitativo, está na organização da escola, no compromisso de atender e amparar corretamente estes alunos. (MEC, 2012).

2.1- Cuidar e Educar: A Importância da Educação Infantil para o Desenvolvimento.

A Educação Infantil há algumas décadas atrás era tido como de menor importância. Ao longo do tempo percebeu-se que este cenário mudou e a partir de leis se preconizou a efetivação da educação infantil como parte da educação básica, mas não como obrigatoriedade.

A estimulação precoce das crianças contribui para o preparo de aprendizado futuro. Ela ajuda a desenvolver suas capacidades motoras, afetivas e de relacionamento social.

Desse modo, segundo Vygotsky (1989):

(...) as experiências e as trocas afetivas são fonte de desenvolvimento. É através da experiência social mediada pelo outro, nas diversas situações de convívio social da qual participa, que a criança aprende parte significativa das ações e conhecimentos necessários para sua inserção no mundo. (VYGOTSKY, 1989 p.148)

Nesse contexto, vale lembrar que as crianças desde o nascimento estão em constante interação com o outro, que logo procuram incorporá-los a suas relações e a sua cultura. Sendo assim, percebe-se que quase todos os comportamentos humanos são resultantes da convivência com os demais.

A partir das interações que estabelece com pessoas próximas, a criança constrói o conhecimento. A família, primeiro espaço de convivência do ser humano, é um ponto de referência fundamental para a criança pequena, onde se aprende e se incorporam valores éticos, onde são vivenciadas experiências carregadas de significados afetivos, representações e expectativas.

A Segundo a LDB 9394/96 a educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças, levando em conta os aspectos sociais, cognitivos, emocionais e corporais.

Portanto, é dever da escola contribuir para o desenvolvimento e a realização do ser humano. A consideração da criança no seu desenvolvimento global indica uma preocupação em considerá-la em todas as suas dimensões, tanto nas necessidades físicas como sociais, ou seja, educá-la e cuidá-la, pois, o cuidar e o educar são indissociáveis.

Diante disso, é imprescindível que os profissionais que atuam nesse nível de ensino, conheça o processo de como as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem, ocupando um espaço primordial na concepção da formação desses profissionais.

Segundo Hermida (2007):

Para isso, é fundamental que o profissional tenha clareza e consciência quanto às intenções educativas que norteiam seu trabalho e elabore propostas claras sobre o que, quando e como ensinar, a fim de possibilitar atividades de ensino e aprendizagem de maneira adequada e coerente com seus objetivos, enriquecendo e promovendo o desenvolvimento das crianças. (HERMIDA, 2007, p.289)

Assim sendo, os ambientes escolares devem ter qualidade em seu atendimento, tanto no espaço físico quanto na formação de seus profissionais, garantindo os direitos básicos à educação e um cuidado atencioso às crianças. Para que isso aconteça de fato, é necessário que se tenha profissionais habilitados para que esse atendimento seja significativo.

2.2- A Importância do Coordenador Pedagógico na Educação Infantil.

Os desafios encontrados na caminhada do coordenador pedagógico é por sua vez, compreender e analisar o processo político pedagógico na condução da dinâmica escolar da escola.

Definir o papel do coordenador no dia-a-dia do espaço escolar constitui-se a premissa de sua ação. Deste modo, é um encontro com a práxis, no qual se pode delinear o desafio de ser coordenador pedagógico.

Dentro das inúmeras mudanças que ocorrem na sociedade atual, de ordem econômica, política, social e ideológica, a escola, como instituição de ensino e de práticas pedagógicas, enfrenta muitos desafios que comprometem a sua ação frente às exigências que surgem. Assim, os profissionais que nela trabalham, precisam estar conscientes de que os alunos devem ter uma formação cada vez mais ampla, promovendo através do trabalho docente o desenvolvimento das capacidades desses sujeitos.

Para tanto, torna-se necessária a presença de um coordenador pedagógico consciente de seu papel, da importância de sua formação continuada e da equipe docente, além de manter a parceria entre pais, alunos, professores e direção. Neste caso a coordenação pedagógica em seu sentido mais restrito, não está caracterizada como centralizadora ou definidora da relação intra-escolar, alienando-se das questões contextuais que inquietam professores, alunos e comunidade; muito pelo contrario, garante o espaço do diálogo como método com a finalidade de fazer o trabalho acontecer de forma democrática e coesa, num conjunto de ações estratégicas.

Os responsáveis pela efetivação do processo do ensino aprendizagem nos espaços educativos são os gestores educacionais, no qual o professor é o gestor em sala de aula. Dessa forma a construção do conhecimento acontece com a união da coordenação pedagógica, direção escolar e educadores.

A ideia que muitos têm do coordenador pedagógico é aquela ainda pautada em valores puramente burocráticos: um profissional que existe para solucionar pequenos problemas que surgem na escola e que nem sempre está pronto para atender a todas as demandas e necessidades da comunidade escolar. Mas sabe-se que o coordenador pedagógico tem um papel muito maior e mais importante na escola como um todo, que é de acompanhar o

planejamento e execução das atividades pedagógicas, que precisa ter conhecimento teórico capaz de identificar as necessidades dos alunos e professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando também a sua formação continuada. Assim, muitos formadores encontram na reflexão da ação, momentos riquíssimos para a formação. Isso acontece à medida que professores e coordenadores agem conjuntamente observando, discutindo e planejando, vencendo as dificuldades, expectativas e necessidades, requerendo momentos individuais e coletivos entre os membros do grupo, a fim de atingir os objetivos desejados.

A função do coordenador pedagógico deve ser entendida no processo das ações políticas desenvolvidas no âmbito da escola de educação infantil, respeitando as diretrizes da Política Educacional Nacional e a legislação em vigor, como elemento articulador, organizador, mediador e dinamizador do trabalho pedagógico. Também são atitudes pertinentes ao trabalho do coordenador pedagógico, a organização de momentos de estudos para e com os educadores com os quais trabalha, a fim de que os professores aperfeiçoem suas habilidades, buscando novos conhecimentos, repensando suas práticas e buscando novas metodologias para seu trabalho diário.

O coordenador pedagógico é peça fundamental no espaço escolar, pois busca integrar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação do professor e a sua, desenvolvendo habilidades para lidar com as diferenças com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de uma educação de qualidade.

A educação, ao longo de toda sua trajetória vem criando condições para o educando se desenvolver e vemos principalmente na educação infantil, onde se inicia a construção da identidade e da autonomia das crianças, que cada vez mais estas ações pedagógicas se destacam. Neste contexto a ação do coordenador pedagógico é fundamental, na orientação de uma proposta pedagógica que contribua diretamente na prática do educador, buscando orientá-los na construção de ações efetivas para o melhor desempenho de seu papel, no dia-a-dia com as crianças. O coordenador deve compreender a essência do trabalho dos educadores que estão no CMEI, o que representa um desafio para todos os envolvidos nesse processo. Sua atuação tende a ser

mais eficaz se ele tiver clareza conceitual e teórica sobre a função da organização em que está inserido.

A prática pedagógica requer que se pense de forma dialética e que se faça educação para toda a sociedade, ainda que, através de diferentes meios e em diferentes espaços sociais. À medida que esta sociedade se torna tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos outros contextos, abrangendo diferentes tipos de formação necessária ao exercício pleno da cidadania. Espera-se, pois, que o Coordenador Pedagógico conheça plenamente o seu espaço de trabalho, compartilhe ideias e conhecimentos, construa o seu papel na escola, tornando-se assim, a ligação fundamental, traçando o seu caminho transformador, formador e articulador.

Por outro lado, não se pode esquecer que essa articulação não é função apenas do coordenador pedagógico. É preciso que haja um bom convívio e cumplicidade entre os membros da equipe que compõe a direção da escola e que, de fato, essa ligação não tenha falhas ou emendas; que cada um exerça sua função pensando no resultado em equipe e na conquista em conjunto e, acima de tudo, na melhoria da qualidade do ensino.

Apesar das várias funções atribuídas a estes profissionais, cabe ao coordenador estabelecer metas e linhas de ação adequadas para alcançar os objetivos estabelecidos pela escola. Buscar a integração objetivando o trabalho em equipe sempre visando uma educação de qualidade. Ao coordenador pedagógico cabe acompanhar continuamente o trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação através de atendimentos individuais e coletivos, organizando junto com a direção as reuniões pedagógicas para planejamento, organização e avaliação do trabalho pedagógico junto com o corpo docente. Deve articular junto à direção o processo de elaboração e implementação do projeto político pedagógico, envolvendo o coletivo da escola, avaliando e redimensionando o processo quando necessário.

Uma vez considerado os sujeitos envolvidos no processo do trabalho pedagógico e da vida na escola é oportuno enfatizar que as transformações sociais serão objeto de olhares sistematizados, sobretudo na formação continuada de professores. Percebe-se então uma necessidade de uma nova concepção e olhar sobre a educação mediada pela ação reflexão-ação no desenvolvimento do trabalho pedagógico e na sua problematização, enquanto

objeto de discussão no espaço coletivo, onde também se aprende a ensinar e se ensina a aprender.

Quanto mais se busca o conhecimento mais fica evidente que temos muito a aprender. Assim a identidade do coordenador pedagógico vai se constituindo à medida que o conhecimento é consolidado em nos sujeitos, e isso só é possível através da constante busca que por sua vez exige uma ruptura com o velho afim de que o novo encontre espaço na práxis do coordenador pedagógico.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.

Os sujeitos desta pesquisa foram três coordenadoras que atuam em CMEIs no Município de Paranaguá. Todas as profissionais que contribuíram para esta pesquisa terão suas identidades preservadas e serão identificadas com nomes fictícios.

PROFESSORAS	ANA	JOANA	MARIA
IDADE	36 ANOS	28 ANOS	32 ANOS
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia e Pós- graduação em psicopedagogia
TEMPO DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.	3 anos e 4 meses	2 anos e 1 mês	6 anos e 8 meses

Para analisar a visão destes coordenadores com relação ao assunto e outras questões, foi elaborada a seguinte questão: Qual a importância da Educação Infantil? Foi obtida a seguinte resposta: “ é algo único e essencial na vida de todas as crianças, onde podemos acompanhar e incentivar o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional, vivenciado por elas”. (Ana, 2014). Observa-se a partir da resposta a conscientização do coordenador

sobre a responsabilidade que escola assume no desenvolvimento da criança nesta etapa.

Confirma-se este compromisso a partir da resposta obtida pelas outras entrevistas; “ A Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento da criança a partir da brincadeira com intencionalidade e para sua iniciação social e emocional” (Joana, 2014.) Sobre esta importante tarefa portanto o que cabe a escola é;

Resgatar uma infância com alma, com essência com significado, aquela na qual os pequenos e simples momentos, gestos, atitudes, saberes, brinquedos, contos, historias, pinturas produções toques e olhares sejam significativos, valorizados (FRIEDMANN, 2005, p. 11).

Um dos maiores desafios é conseguir resgatar estes valores que estão extintos e são primordiais para a construção do conhecimento significativo da criança. Para Maria;

A Educação Infantil é uma etapa com muitos desafios e obstáculos que a escola precisa enfrentar, pois, as crianças de hoje não sabem ser crianças, pela variedade de tecnologias que os cercam as simples brincadeiras estão extintas. E são estas brincadeiras que se fazem necessárias para o desenvolvimento físico, emocional e social.
(Maria, 2014)

Contudo se faz necessário a escola refletir sobre suas práticas, procurando um canal de aproximação e analisar sistematicamente este mundo simbólico em que a criança está inserida, como podemos analisar na seguinte citação;

Como chegar próximo do mundo misterioso e simbólico das crianças? Conseguimos captar, aprender a alma da criança? Como fazer isso? Como voltar o olhar a observação das imagens que a criança traz e da sua percepção? Ouvir o que ela tem a dizer, ficar conectados com nosso próprio corpo, com nossas intuições e emoções, pode ser pistas interessantes, assim como resgatar o nosso lado feminino e principalmente a nossa criança interior, primeiro passo no caminho de uma infância digna, saudável e significativa (FRIEDMANN, 2005, p.12).

Para analisarmos a importância do coordenador pedagógico na Educação Infantil, perguntou-se para as entrevistadas sobre este papel, Ana e Maria colocam que a função do coordenador pedagógico é (...) “acompanhar as atividades desenvolvidas pelos educadores ou professores, para que essas

sejam sempre lúdicas, porém direcionadas conforme a faixa etária” (Ana e Maria, 2014).

Para Joana o coordenador “é responsável pelas atividades desenvolvidas com os alunos e cabe a ele a reestruturação do currículo que supra as necessidades apresentadas pelas crianças”

Hoje, a criança é amparada por uma pedagogia que se prepara para atendê-la em todos os seus aspectos, de natureza cultural e dentro de um fator de temporalidade, por isso a necessidade do coordenador pedagógico nas instituições que favoreça e organize esta aprendizagem e possibilite os diferentes saberes, respeitando os direitos da criança em um espaço adequado, rico em estímulos, agradáveis aos olhos infantis, capaz de satisfazer suas necessidades em busca da construção de novos saberes e da descoberta do mundo a sua volta.

Nem sempre este trabalho é satisfatório e apresenta resultados positivos, perguntamos as entrevistadas se conseguem executar seus trabalhos como desejariam. Ana (2014) responde que sim e aponta; “o papel do coordenador pedagógico ainda está quebrando paradigmas, mas consigo executar minha função de maneira satisfatória”. Analisando a resposta de Joana (2014), vimos que nem sempre o coordenador consegue respostas que espera;

Tenho muita dificuldade em apresentar minhas ideias para as professoras, talvez por terem mais experiência que eu, não aceitam modificar suas práticas para trabalharem de forma que atendam melhor as crianças. Tento organizar reuniões e debates sobre a importância do trabalho coletivo e novas práticas na educação infantil, mas os resultados não abrangem as expectativas.

A partir desta resposta, vimos alguns desafios enfrentados neste trabalho, principalmente quando há profissionais “cristalizados” que se negam a qualquer tentativa de aperfeiçoamento, acreditando no ensino tradicional como inquestionável e único. Maria (2014) ressalva que; “o papel do coordenador pedagógico vai além de auxiliar os professores, este profissional serve de mediador das práticas educacionais e facilitador do trabalho curricular” .

Com relação ao papel do coordenador pedagógico Libâneo afirma;

[...] o coordenador pedagógico não é "tomador de conta dos professores", nem "testa de ferro" das autoridades de diferentes órgãos do sistema, ele tem uma função mediadora, no sentido de revelar/desvelar os significados das propostas curriculares, para que os professores elaborem seus próprios sentidos, deixando de conjugar o verbo cumprir obrigações curriculares e passando a conjugar os verbos aceitar, trabalhar, operacionalizar determinadas propostas, porque estas estão de acordo com suas crenças e compromissos sobre a escola e o aluno, e rejeitar as que lhes parecem inadequadas como proposta de trabalho para aqueles alunos, aquela escola, aquele momento histórico.(LIBÂNEO, 1996 p.200)

Observamos então, que o papel do coordenador pedagógico é muito importante para concretização de uma gestão participativa e na efetivação de uma educação com qualidade. Más, se faz necessário elencar uma questão relevante neste processo, será que a formação que estes profissionais estão recebendo, são suficientes para que os mesmos possam entender sua real função na escola? Diante desta problemática, perguntamos aos coordenadores entrevistados se esta formação supre todas as dificuldades encontradas em suas práticas.

Ambas afirmaram que a formação recebida não garante o conhecimento necessário para este trabalho. Ana (2014) aponta; “Infelizmente a formação acadêmica deixou muito a desejar e isso influenciou muito no início da minha carreira, pois possuía pouca experiência e muita responsabilidade, o jeito foi correr atrás de informações e aos poucos fui adquirindo experiência na prática”.

Quando questionado à oferta de cursos e formação continuada pela Secretaria de Educação, todas disseram que a mesma oferta diversos tipos de cursos de extensão e formação, mas somente aos professores, “durante estes 6 anos que trabalho de coordenadora, não tive nenhuma oferta de cursos de formação específica para coordenadores. Tudo que sei foi adquirido com o tempo e pela troca de experiências com as colegas de profissão”. (Maria, 2014)

Contudo, se faz necessário mesmo que a formação destes profissionais não atendam as especificidades que o trabalho exige, é importante que busquem o conhecimento necessário para que se efetive o compromisso com o desenvolvimento organizacional da escola.

Por fim, questionamos às nossas entrevistadas, o que é necessário para que a Educação se efetive com qualidade? Ana aponta;

A educação infantil ainda é vista pelos responsáveis como apenas um “lugar”, onde as crianças ficam para serem cuidadas, penso que o primordial é mudar esse velho conceito da sociedade, mostrando que os educadores/professores estão ali para cuidar educando, ensinando e não como meros cuidadores. (2014).

Ainda, Joana explica;

A Educação Infantil, ainda é vista como assistencial, apenas para “ajudar” aquelas mães que trabalham o dia todo e não têm com quem deixar seus filhos. Falta a conscientização da sociedade, dos profissionais e das famílias sobre a real importância desta etapa fundamental para a criança.(2014).

Diante das respostas, ficam claros os desafios que precisa ser enfrentados dentro das instituições e da sociedade, pois, a Educação Infantil não pode ser somente o cuidar, o educar e o brincar, também é necessária uma atuação pedagógica de qualidade, podendo caracterizar um ensino organizado e pedagógico. Maria (2014) mostra-se otimista com relação à qualidade na Educação Infantil;

(...) sabemos que ainda não temos uma organização suficientemente qualificada para atender nossas crianças, mas sem dúvida, estamos no caminho certo, na busca de novos conhecimentos e da conscientização de que este trabalho é extremamente importante para o desenvolvimento da criança.(Maria, 2014)

A professora reforça que mesmo sem a formação devida é importância que todos os profissionais envolvidos na educação estejam em busca de novos conhecimentos para oferecer um ensino de qualidade, suprimindo as deficiências encontradas na educação, apontando ainda a necessidade destes profissionais estarem mais conscientes de suas funções.

Sobre este assunto Libâneo afirma:

(...) Reconhecer o papel da pré-escola significa compreender que ela tem a função de contribuir com a escola valorizar conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição a novos conhecimentos (Libâneo, 1996 p.163)

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente estudo procurou responder questões que norteiam as práticas educacionais do coordenador pedagógico na Educação Infantil, bem como elencar os desafios encontrados neste processo e compreender a formação ofertada para estes profissionais.

Foi possível analisar e identificar os avanços históricos junto às leis que norteiam a Educação Infantil e o processo de ensino aprendizagem. Analisou-se também os objetivos propostos nesta etapa tão importante para o desenvolvimento motor, cognitivo e social da criança. Diante dos estudos, afirma-se a necessidade de uma educação infantil de qualidade e a oferta de formação que atenda as especificidades que os coordenadores pedagógicos encontram em suas práticas.

Profissional este, que tem a função de auxiliar o professor para fazer as devidas articulações curriculares, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os alunos com quem trabalha, a realidade sociocultural em que o CMEI se situa e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem no âmbito escolar. O coordenador pedagógico será, então, aquele que, conhecendo as propostas, possibilitará que novos significados sejam atribuídos à prática educativa da escola e à prática pedagógica dos professores.

A partir da pesquisa de campo, observou-se o compromisso assumido pelos coordenadores pedagógicos, que mesmo sem a formação adequada e a clareza de suas funções, estão em busca do aperfeiçoamento para enfrentarem de melhor maneira os desafios encontrados. “(...) como minha formação não deu conta de tudo que preciso saber para ser uma coordenadora, estou sempre em busca de conhecimento e apoio das que tem mais experiência do que eu” (Joana, 2014)

Para que o trabalho na educação infantil se concretize com qualidade, é necessária uma postura coerente e democrática de um coordenador pedagógico. Este precisa estar em constante formação para dar conta de suas atribuições, garantindo a reflexão entre teoria e prática, efetivando o processo de ensino aprendizagem para as crianças, sem esquecer-se de instigar nos docentes a criticidade e a busca por formação continuada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, “LEI n.º 9394, de 20.12.96, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

CHRISPINO, A. **Mediação de conflitos: cabe à escola tornar-se competente para promover transformações.** Revista do Professor, Porto Alegre, ano 2004.

FRIEDMANN, Adriana. **Aliança pela infância: brincar.** São Paulo, 2005.

HERMIDA, J. F. (org.) **Educação Infantil: políticas e fundamentos.** 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: Arte do disfarce.** 3ed. Dois Pontos. Rio de Janeiro, 1987.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão Escolar: teoria e prática.** 4. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ANEXO- ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AS COORDENADORAS DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

- 1- Quanto tempo de atuação? Qual sua formação acadêmica?
- 2- Qual a importância da Educação Infantil?
- 3- Qual o papel do coordenador Pedagógico dentro dos CMEIs?
- 4- Você consegue executar seu papel como desejaria?
- 5- Qual apoio são ofertados aos professores?
- 6- O que você acha que é necessário para que a Educação Infantil se concretize com qualidade?
- 7- Você acredita que sua formação acadêmica supriu todas as necessidades encontradas neste trabalho?
- 8- Há algum curso específico ofertado pela secretaria de Educação de seu município?